

Informação

[Projeto de resolução n.º 522/XV/1.ª \(PS\)](#) - Recomenda ao Governo que avalie a possibilidade de classificação do arquivo do *Jornal de Notícias*;

[Projeto de resolução n.º 632/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo as diligências necessárias à classificação do arquivo do *Jornal de Notícias*;

Discussão ocorrida nos termos do n.º 1 do artigo 128.º do RAR, em reunião da Comissão de 03/05/2023

-
1. O Grupo Parlamentar do PS tomou a iniciativa de apresentar o [Projeto de resolução n.º 522/XV/1.ª](#) (PS) - Recomenda ao Governo que avalie a possibilidade de classificação do arquivo do *Jornal de Notícias* -, ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea *b*) do n.º

1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).

2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 03 de março de 2023, tendo sido admitida e baixado no dia 07 do mesmo mês à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

3. O Grupo Parlamentar do PCP tomou a iniciativa de apresentar o [Projeto de resolução n.º 632/XV/1.a](#) (PCP) – Recomenda ao Governo as diligências necessárias à classificação do arquivo do *Jornal de Notícias* -, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).

4. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 20 de abril de 2023, tendo sido admitida e baixado no dia 21 do mesmo mês à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

5. A discussão dos dois projetos de resolução ocorreu na reunião da Comissão Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto realizada no dia 03 de maio de 2023 nos seguintes termos:

6. A **Senhora Deputada Carla Sousa (PS)** disse que o *Jornal de Notícias* é hoje o segundo mais antigo periódico nacional em atividade, o que faz dele um repositório da memória coletiva nacional dos últimos 134 anos, sendo o único jornal de dimensão nacional ainda em circulação com sede fora de Lisboa. Sendo o segundo jornal nacional mais comprado em banca, é uma publicação simultaneamente de referência e de cariz popular.

7. Como está sediado no Porto conseguiu salvaguardar uma memória fotográfica das personalidades do Porto e do norte de Portugal que foram construindo a história do século XX, bem como registos visuais que foram retratando a evolução urbanística e etnográfica desse território. Sempre se afirmou como um jornal de cobertura mediática

nacional, tornando-o autor e guardador de um espólio arquivístico que relata a nossa História comum que importa preservar.

8. O arquivo do JN testemunhou, analisou, comentou, ilustrou e fotografou a monarquia, a instauração da República, tendo também atravessado duas guerras mundiais, uma guerra colonial, três revoluções nacionais (Instauração da República, Revolução Sidonista e Instalação do Estado Novo e Revolução Democrática de Abril). todas e cada uma delas contadas e lidas por várias gerações de jornalistas e leitores.

9. O facto de parte deste arquivo, as edições do JN, já poderem ser consultadas no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner, em Gaia, naquela que será a maior hemeroteca do país fora de Lisboa, não impede que o restante acervo arquivístico, bem mais vasto do que o arquivo das edições do JN, seja objeto de «justificada preocupação por perigo de dispersão e desagregação», como foi assinalado num recente manifesto do Conselho de Redação do JN, correndo o risco de se perder no movimento oposto ao que deve ser obtido que é de o abrir ao acesso cidadão e ao estudo académico, científico, jornalístico e político.

10. Sete meses após a classificação do Arquivo do *Diário de Notícias* como de interesse nacional, para o Grupo Parlamentar do PS é importante que se faça uma avaliação da outra metade da história contemporânea do País e se avalie a possibilidade de inscrever nessa memória a mundividência vivida, escrita e lida a partir do norte do País, colocando ambas num inestimável e insubstituível serviço a Portugal e a todos os nossos concidadãos que, hoje e amanhã, são tributários da memória para melhor construir o nosso futuro. E, neste sentido, recomenda ao Governo que desenvolva as diligências necessárias para avaliação da possível classificação do arquivo do *Jornal de Notícias*, atendendo à sua extensão editorial, administrativa, redatorial, gráfica, fotográfica e documental.

11. A **Senhora Deputada Paula Santos (PCP)** referiu que o *Jornal de Notícias* completa, em 12 de junho próximo, 135 anos de publicação. Com sede no Porto, único jornal diário ali sediado, o JN assume-se como um jornal de uma cidade, de uma região, mas também de um país de regiões, exercendo um jornalismo de proximidade. Tais características conferem-lhe um conjunto de características únicas e irrepetíveis, desde logo o profundo conhecimento das comunidades que tem servido, das suas

necessidades, anseios, expectativas e reivindicações, assim como das personalidades que, de alguma maneira, têm contribuído para moldar o perfil sociológico, cultural e cívico da cidade que lhe deu berço, da região que foi o seu território primordial de expansão, do País pelo qual estendeu solidamente os seus passos e do mundo no qual mergulha as raízes, por vezes contraditórias, daquele que é hoje o seu olhar global.

12. É nesse contexto que se justifica uma atenção muito especial do Estado português à situação e ao futuro do Arquivo do *Jornal de Notícias*, conforme alertou um manifesto do Conselho de Redação datado de setembro de 2022, em ordem a preservar um acervo documental de grande importância, não só em termos de utilização privativa, mas também de disponibilização para investigadores e académicos.

13. Para além das preciosas coleções encadernadas dos números editados desde a origem do JN transferidas, no âmbito de um protocolo, para o Arquivo Sofia de Mello Breyner da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, importa prestar toda a atenção ao acervo do Arquivo do JN. Constituído por milhares de pastas temáticas e biográficas, com documentos, relatórios, recortes de inúmeras publicações nacionais e estrangeiras, ilustrações, fotografias impressas e em negativos, o Arquivo representa um acervo único de documentação sobre acontecimentos centrais na vida local, regional, do País e do mundo, mas também sobre a vida de inúmeras personalidades.

14. Concluiu afirmando que o Arquivo do JN exige medidas excecionais de proteção e classificação, garantindo o acesso efetivo dos jornalistas e investigadores ao espólio em causa, com o seu estudo, classificação e divulgação. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PCP vem recomendar ao Governo o desenvolvimento das iniciativas necessárias à avaliação do acervo documental do Arquivo do *Jornal de Notícias* existente, à data, nas instalações da empresa; o desenvolvimento de medidas de recuperação de partes ou peças do acervo eventualmente subtraídas ao Arquivo; a classificação deste Arquivo e a garantia da sua respetiva integridade com instalações próprias e adstritas à Redação do JN, acessível aos jornalistas, a investigadores e ao público.

15. A **Senhora Deputada Carla Madureira (PSD)** frisou acompanhar as iniciativas apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PCP que chamam a atenção

para a necessidade de salvaguardar o arquivo do *Jornal de Notícias* pela importância que tem na cidade do Porto, sendo também uma referência em toda a região norte.

16. Lembrou que o projeto de resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP recomenda ao Governo que avalie o acervo documental e o desenvolvimento de medidas de recuperação de partes ou peças do acervo eventualmente subtraídas ao Arquivo. Nesse sentido, questionou a Senhora Deputada Paula Santos no sentido de saber se, sendo este órgão de comunicação social privado, esta missão caberá de facto ao Governo ou se não será o próprio jornal que terá de desenvolver as medidas necessárias para a salvaguarda deste arquivo. Como é que o Governo poderá dar um contributo para a salvaguarda deste arquivo, perguntou.

17. Em resposta, a **Senhora Deputada Paula Santos (PCP)** disse que o objetivo da iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP é o de salvaguardar a preservação deste Arquivo e daí recomendar ao Governo que, no quadro da sua intervenção, adote as iniciativas para a sua classificação e garanta essa preservação.

18. Realizada a discussão, cuja gravação áudio se encontra disponível no projeto de resolução referido, remete-se esta informação a S. Excelência o Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação da iniciativa na sessão plenária, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Palácio de S. Bento, 3 de maio de 2023

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Luís Graça)